

EDITAL N° 001/2023/CEC

A Comissão Eleitoral Central torna pública as normas que regulamentam o processo de eleição dos membros da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) para o exercício do mandato 2023/2024.

DA COMPOSIÇÃO DA CPPD

Segundo a Resolução CONSUP/IFG nº 29, de 02 de outubro de 2017, que aprova o Regulamento relativo à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás:

Art. 8.º A Comissão Própria de Pessoal Docente (CPPD) será composta por no mínimo 07 (sete) representantes titulares e 07 (sete) representantes suplentes e no máximo 01 (um) representante titular e respectivo suplente de cada Câmpus, quando houver, eleitos pelos seus pares em consulta à comunidade docente na forma prevista no presente regulamento.

Parágrafo Único. Os representantes dos servidores docentes do quadro efetivo do IFG a que se refere o caput do artigo serão eleitos por seus pares em consulta ao segmento na forma prevista neste Edital.

Art. 9.º. Na escolha dos representantes titulares de que trata o artigo 8º do regulamento citado acima, será assegurada, primeiramente, e por ordem decrescente dos votos obtidos, a representação dos Câmpus do IFG.

Parágrafo Único. Inexistindo número de candidatos representantes dos servidores docentes de cada Câmpus, proceder-se-á às indicações por ordem decrescente de votos obtidos pelos candidatos, assegurando-se o mínimo de 07 (sete) representantes titulares.

DO MANDATO DA CPPD

No Art. 28, do regulamento supracitado, define que os integrantes da CPPD terão mandato de 02 (dois) anos, podendo haver uma única recondução por igual período.

DA COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL E COMISSÕES ELEITORAIS LOCAIS

Art. 1. O processo de escolha dos membros da CPPD será dirigido pela Comissão Eleitoral Central e pelas Comissões Eleitorais Locais.

Parágrafo único. As normas a que se refere este artigo estabelecem procedimentos para a organização e realização do processo de escolha pelos docentes, mediante eleição, para os membros da CPPD/IFG, conforme estabelece a Lei Nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012 e a resolução nº 29 CONSUP/IFG de 2 de outubro de 2017.

Art. 2. A Comissão Eleitoral Central é composta pelos membros listados na Portaria Nº 2849/2022 - REITORIA/IFG, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2022

Art. 3. As Comissões Eleitorais Locais são compostas por quatro docentes de cada Câmpus, sendo dois membros titulares e dois suplentes, escolhidos pelos seus pares.

Art. 4. Compete a Comissão Eleitoral Central:

- I. Elaborar um cronograma do processo eleitoral;
- II. Supervisionar a campanha eleitoral;
- III. Homologar o registro das candidaturas;
- IV. Publicar listas de eleitores e de candidatos;
- V. Providenciar e controlar a distribuição do material necessário à votação;
- VI. Delegar poderes às Comissões dos Câmpus para tarefas específicas;
- VII. Publicar todas as informações referentes ao processo eleitoral por meio eletrônico;
- VIII. Deliberar sobre eventuais denúncias e recursos impetrados;
- IX. Divulgar instruções sobre inscrição de candidaturas e forma de votação;
- X. Elaborar modelo de ata;
- XI. Decidir sobre casos omissos;

XII. Divulgar os resultados da votação em comunicações formais.

Art. 5. Compete às Comissões Eleitorais Locais:

- I. Coordenar o processo eleitoral no Câmpus;
- II. Fazer cumprir rigorosa fiscalização do pleito eleitoral, garantindo a lisura do processo;
- III. Encaminhar à Comissão Eleitoral Central as denúncias devidamente comprovadas e abusos perpetrados durante a campanha, referentes às normas deste Edital;
- IV. Informar à Comissão Eleitoral Central os eleitores cujos nomes não constarem na lista oficial;
- V. Lavrar Ata de votação e encaminhá-la à Comissão Eleitoral Central.

DO CALENDÁRIO ELEITORAL

Art. 6. O presente processo eleitoral seguirá o calendário eleitoral do Anexo I.

DA FORMA DE INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS

Art. 7. A candidatura será feita de forma individual, com preenchimento online de formulário eletrônico, cujo link será divulgado pela Comissão Eleitoral Central.

§1º O registro das candidaturas deverá ser realizado por meio do link <http://limesurvey.ifg.edu.br/index.php/2?lang=pt-BR> até as 23h59min do último dia previsto para esta etapa, conforme cronograma do Anexo I.

§2º A Comissão Eleitoral Central publicará a listagem preliminar das candidaturas deferidas e indeferidas, conforme cronograma do Anexo I.

Art. 8. Poderão candidatar-se a CPPD os servidores docentes do quadro permanente do Instituto Federal de Goiás, em efetivo exercício na instituição e pertencente à carreira do EBTT, com exceção dos casos previstos no Art. 9º.

Art. 9. Não poderão candidatar-se a CPPD:

- I. Servidores docentes que estejam cumprindo penalidade de suspensão por processo administrativo disciplinar ou que estejam afastados das suas funções, por portaria do Reitor, para responder a processo administrativo disciplinar;

- II. Membros da Comissão Eleitoral Central e das Comissões Eleitorais Locais;
- III. Membros do Conselho Superior;
- IV. Ocupantes de cargos de direção;
- V. Docentes licenciados do cargo ou em cooperação técnica.

DAS NORMAS DE REALIZAÇÃO DA CAMPANHA ELEITORAL

Art. 10. A campanha eleitoral será realizada no período conforme anexo I.

§ 1º Não será permitida a propaganda ofensiva à imagem de outros candidatos, acarretando ao responsável a exclusão ao seu registro de inscrição.

§ 2º A Comissão Eleitoral Local deverá garantir espaços equivalentes de divulgação para todos os candidatos.

Art. 11. As campanhas dos candidatos poderão ser divulgadas por meio eletrônico, distribuição de material impresso, afixação de cartazes, faixas e qualquer outro meio legal, desde que, em locais determinados pela Comissão Eleitoral Local, garantindo a igualdade de oportunidade a todas as candidaturas.

§1º. O candidato que não cumprir as normas estabelecidas neste artigo será advertido por escrito pela Comissão Eleitoral Central, sendo que a sua candidatura ficará impugnada por ocasião da segunda advertência.

§2º. Em caso de aplicação das sanções previstas no parágrafo anterior, será assegurado ao candidato o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme previsto na Constituição Federal e Lei Federal nº 8.112/1990.

Art. 12. É vedado aos ocupantes de Cargos de Direção, Chefia, Assessoramento, Função Gratificada, ou participantes de Órgão de Deliberação/Representação Coletiva, no uso de sua função, beneficiar ou prejudicar qualquer candidato ou eleitor.

Parágrafo único: Os infratores deverão ser punidos na forma da Lei Federal nº 8.112/1990, após processamento do competente processo administrativo disciplinar.

Art. 13. É vedado durante a campanha eleitoral, sob qualquer pretexto:

- I. Afixar cartazes e distribuir textos contendo expressões, alusões ou frases ofensivas à honra e/ou a dignidade pessoal ou funcional de qualquer membro da comunidade acadêmica;

- II. Perturbar os trabalhos didáticos, científicos e administrativos do Câmpus onde está ocorrendo o processo eletivo, em curso à distância e unidades de extensão providas pelo Câmpus;
- III. Comprometer a estética e limpeza dos prédios, especialmente pichações em instalações do Câmpus;
- IV. Utilizar, direta ou indiretamente, recursos financeiros, materiais ou patrimoniais de qualquer um dos Câmpus ou da Reitoria, para cobertura de campanha eleitoral, sob pena de cancelamento do registro da candidatura, ficando ressalvadas as promoções de iniciativa da Comissão Eleitoral Local, garantida a igualdade de oportunidades de todas as candidaturas homologadas;
- V. Realizar visitas dos candidatos e partidários às instalações de aprendizagem, pesquisa e aos setores administrativos do Câmpus e Reitoria para tratar de campanha eleitoral de forma que desrespeite o pleno funcionamento da instituição;
- VI. Desrespeitar a quaisquer órgãos e entidades federais, bem como aos seus dirigentes;
- VII. Utilizar a logomarca do IFG em material de campanha.

Art. 14. As denúncias, devidamente comprovadas, referentes às normas deste regulamento e a abusos perpetrados durante a campanha deverão ser feitas à Comissão Eleitoral Local e encaminhadas para serem apuradas pela Comissão Eleitoral Central.

Parágrafo único: Verificada a procedência da denúncia, a Comissão Eleitoral Central poderá decidir pelo cancelamento da inscrição do(a) candidato(a) responsável pela infração, tomando, se for o caso, outras medidas cabíveis na forma da Lei Federal nº 8.112/1990.

Art. 15. A campanha eleitoral poderá ser realizada somente nos dias previstos pelo cronograma, conforme anexo I.

Parágrafo único: Após encerramento das eleições, é de responsabilidade dos candidatos recolherem todo o material de campanha.

DOS ELEITORES

Art. 16. Poderão votar no dia da eleição, todos os servidores docentes pertencentes ao quadro de servidores efetivos do IFG, conforme lista divulgada pela Comissão Eleitoral Central.

§1º A Comissão Eleitoral Central solicitará a lista de eleitores aptos a votar à Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos do IFG (DDRH/PRODI). É de responsabilidade do eleitor verificar se seu nome consta na lista preliminar dos aptos a votar, que será divulgada conforme cronograma do Anexo I.

§2º Os recursos (modelo Anexo II) referentes à lista preliminar de eleitores aptos a votar deverão ser encaminhados para o e-mail eleicoes.cppd2022@ifg.edu.br conforme cronograma do Anexo I.

DA VOTAÇÃO

Art. 17. As eleições serão realizadas conforme cronograma do Anexo I, no período das 0h às 23:59:59 do dia de votação.

§1º Será divulgada uma lista preliminar e final dos eleitores aptos para a votação conforme cronograma Anexo I, sendo de responsabilidade do eleitor verificar se seu nome consta na lista.

§2º O voto é facultativo e o eleitor poderá votar em apenas um candidato.

§3º O eleitor poderá exercer seu direito ao voto em qualquer lugar por meio da internet. Caso o eleitor altere seu voto na plataforma eletrônica durante o período de votação, será válido o último voto registrado.

§4º O eleitor receberá em seu e-mail institucional, o link para realizar sua votação conforme o cronograma do Anexo I.

Art. 18. A disposição dos candidatos no sistema de votação será por ordem alfabética.

Art. 19. O sigilo do voto será assegurado pelo sistema eletrônico, o qual registrará apenas o voto e não o eleitor.

DA APURAÇÃO DOS VOTOS E PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Art. 20. A apuração dos votos ocorrerá pelo sistema eletrônico e a publicação dos resultados será realizada conforme cronograma do Anexo I.

Art. 21. Após a consolidação de todos os resultados pela Comissão Eleitoral Central, serão declarados eleitos dois candidatos, de cada Câmpus, que obtiverem maior votação, titular e suplente, respectivamente, conforme estabelecido pela resolução CONSUP nº 29, de 02 de outubro de 2017.

Parágrafo Único. Inexistindo representantes eleitos ou nos casos de vacância de servidores docentes de cada Câmpus, proceder-se-á as indicações no âmbito do Câmpus, conforme estabelecido pela resolução CONSUP nº 29, de 02 de outubro de 2017.

DOS RECURSOS

Art. 22. Caberá recurso à Comissão Eleitoral Central, desde que se respeitem os prazos previstos no cronograma do Anexo I.

Art. 23. Todo recurso deverá ser encaminhado para o e-mail: eleicoes.cppd2022@ifg.edu.br, através de formulário próprio presente no Anexo II, à Comissão Eleitoral Central.

Art. 24. A Comissão Eleitoral Central julgará os recursos existentes e publicará as decisões conforme cronograma do Anexo I.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. O presente Edital para eleição dos membros da CPPD foi discutido e aprovado pela Comissão Eleitoral Central em reunião ordinária do dia 10/02/2023.

Art. 26. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Eleitoral Central.

Comissão Eleitoral Central/Eleição para CPPD 2023/2024

Portaria nº 2849, de 03/11/2022

ANEXO I

Cronograma para realização das Eleições para a
Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) 2023/2024

Ação	Data
Publicação do Edital e abertura do processo eleitoral	13/03 (seg)
Registro de candidaturas	14/03 (ter) a 23/03 (qui)
Homologação das candidaturas	24/03 (sex)
Recursos contra as candidaturas homologadas	27/03 (seg)
Respostas aos recursos contra as candidaturas homologadas. Divulgação final das candidaturas.	28/03 (ter)
Publicação da lista preliminar de eleitores	29/03 (qua)
Recurso contra a lista preliminar de eleitores	30/03 (qui)
Campanha eleitoral	29/03 (qua) a 10/04 (seg)
Publicação da lista final de eleitores	03/04 (seg)
Votação	11/04 (ter)
Apuração e publicação do resultado preliminar	12/04 (qua)
Recursos contra o resultado preliminar	13/04 (qui)
Respostas aos recursos do resultado preliminar. Publicação do resultado final	14/04 (sex)



**INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
GOIÁS

Documento Digitalizado Público

Edital CEC nº 1/2023

Assunto: Edital CEC nº 1/2023
Assinado por: Nathalia Barcelos
Tipo do Documento: Edital
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nathalia Barcelos Oliveira, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 03/03/2023 17:51:42.

Este documento foi armazenado no SUAP em 03/03/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 396594

Código de Autenticação: 31ed016418

